

## Apresentação

Francisco Luiz Corsi  
José Marangoni Camargo  
Agnaldo dos Santos

**Como citar:** CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. Apresentação. *In* : CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.7-14. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p7-14>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## APRESENTAÇÃO

O presente livro condensa os resultados das discussões e das reflexões ocorridas no XIV Fórum de Análise de Conjuntura “*Os rumos da política e da economia brasileiras no ano de eleições*”. O Fórum de Conjuntura, um dos eventos mais tradicionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, destina-se a discussão de temas candentes da conjuntura política, social e econômica nacional e internacional. Nesta edição o tema do evento consistiu na conjuntura eleitoral, que foi abordada ao longo das mesas em seus múltiplos aspectos. Os trabalhos apresentados também buscaram situar o Brasil no contexto de crise do capitalismo global, além de traçarem um paralelo da situação brasileira com a de alguns países da América Latina, em especial com a Argentina.

As eleições de 2014 ocorreram em um contexto de acirramento das lutas sociais e de crescentes problemas na área econômica, derivados, em parte, da continuidade da crise do capitalismo global, que se arrasta desde 2008. Ainda que tenha experimentado no período algumas perdas, o capital financeiro tem logrado impor seus interesses e conseguido conduzir as respostas à crise, sem contudo calar a resistência às políticas recessivas. Essa tendência evidencia-se tanto na incapacidade dos Estados nacionais conseguirem impor uma regulação mais efetiva sobre os fluxos globais de capital quanto no predomínio de políticas ortodoxas, pautadas pela austeridade, que só fazem agravar a crise e jogar o ônus dos ajustes recessivos sobretudo nas costas da classe trabalhadora, como vem acontecendo na zona do euro. Este quadro tem condicionado as políticas econômicas no mundo todo.

Não por acaso dois projetos se defrontaram no último processo eleitoral. De um lado, as forças articuladas sobretudo em torno dos inte-

resses do capital financeiro, com amplo apoio da grande imprensa, mas que também articulavam outras frações da classe dominante e amplos setores da classe média. Este bloco, cuja principal expressão foi a candidatura de Aécio Neves, propunha como saída para o Brasil o rígido cumprimento das metas inflacionárias, a independência do banco central, o enrijecimento das metas de superávit primário, reformas visando a redução de direitos trabalhistas e sociais, o câmbio valorizado e o aprofundamento da abertura da economia nacional. De outro, a candidatura Dilma, com forte apoio popular e com um discurso à esquerda (principalmente no segundo turno das eleições), advogava uma proposta que buscava de forma contraditória contemporizar, ao mesmo tempo, as políticas macroeconômicas neoliberais com a continuidade das políticas voltadas para o crescimento do mercado interno e para o enfrentamento dos fulcrais problemas da desigualdade social e da miséria. Linha que vinha sendo perseguida com algum sucesso desde o governo Lula, mas que já mostrava em 2014 sinais de esgotamento no baixo crescimento e no fato dos preços situarem-se no limite superior da meta de inflação.

O embate eleitoral também foi balizado pelos movimentos sociais que eclodiram em 2013, cujos ecos ainda se faziam ouvir com força. Movimentos muito heterogêneos na sua composição e nas suas reivindicações, que iam do fim da corrupção disseminada no setor público às melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde. Seja como for, estes movimentos evidenciaram os limites das políticas sociais focalizadas e de caráter compensatório do governo e defendidas pelas instituições multilaterais e pelos neoliberais. Eles indicam a necessidade premente de políticas sociais universais.

O presente livro pretende ser uma contribuição a discussão dessas questões. O seu tema central consiste no debate acerca dos rumos do Brasil no complexo contexto nacional e internacional em que vivemos, tendo em vista os resultados das eleições. O livro está organizado em 12 capítulos. Abrimos o livro com uma discussão teórica sobre análise de conjuntura. Em seguida, apresentamos os capítulos que abordam diferentes aspectos da conjuntura política, social e econômica brasileira. Por fim, dois artigos discutindo a situação argentina e fechando a coletânea um capítulo acerca da conjuntura mundial.

No primeiro capítulo Rosângela de Lima Vieira trata da sua experiência nos minicursos realizados nos Fóruns de conjuntura, com o objetivo de dar aos alunos um instrumental metodológico para elaborar uma análise de conjuntura. A autora enfatiza os principais aspectos de uma análise de conjuntura e as múltiplas possibilidades dessa metodologia que pode ser utilizada nos estudos do passado ou do presente; e que podem contribuir na compreensão de fenômenos de ordem social, política, econômica ou cultural; e facilita a observação das relações entre fatos e estruturas históricas de longa duração, entre múltiplos sujeitos históricos e suas correlações de força. A análise de conjuntura, dentro de uma perspectiva histórica, representa, segundo Rosângela Vieira, em um instrumento metodológico eficaz para estudos das várias ciências humanas, quer para o passado quer para o presente, contribuindo assim para uma percepção mais global da realidade social.

No capítulo “Crise do Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil: elementos de análise de conjuntura do capitalismo brasileiro”, Giovanni Alves apresenta uma análise de conjuntura do desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos últimos dez anos de governos neodesenvolvimentistas. Parte da hipótese segundo a qual o Estado neoliberal continua existindo no Brasil, apesar dos governos neodesenvolvimentistas. O Estado neoliberal consiste na forma histórica do Estado oligárquico-político herdado da ditadura militar. O Estado é entendido num sentido ampliado, englobando a sociedade civil e a sociedade política. O texto também apresenta elementos para pensar a crise do neodesenvolvimentismo, expondo seus limites e o mal-estar do novo modo de desenvolvimento capitalista no Brasil devido a sua crise orgânica.

Em seguida, Lincoln Secco, em “O Poder Moderador do Brasil”, procura desenvolver uma hipótese para o comportamento eleitoral deste estado quando comparado ao eleitorado nacional. Para o historiador, existe uma longa tradição política conservadora em São Paulo, com duas faces: uma elitista (que remonta à República Velha e à chamada Revolução de 1932) e outra popular (tendo como representantes Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Paulo Maluf). As disputas entre PT e PSDB no estado, com consequências também no plano nacional, passam necessariamente pela capacidade destes partidos em disputarem o voto conservador popu-

lar. As últimas eleições indicam que os chamados “tucanos” têm sido mais eficientes nesta disputa, mas também enfrentariam eles próprios dificuldades em outras regiões do país, transformando o voto paulista no “poder moderador” indicado no título.

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, no capítulo intitulado “Movimentos sociais e financiamento da educação básica no Brasil: o contexto político e social da elaboração de políticas públicas”, aborda o debate acerca do financiamento da educação básica. O texto tem como eixo central a questão da participação popular na definição das políticas sociais. Trata dessa questão no âmbito da educação básica depois da criação do Fórum Nacional de Educação, que abriu espaço para a participação de representantes de diferentes segmentos da população na definição dessas políticas. Ela discute a conjuntura de mobilização e organização dos movimentos em defesa da educação com o objetivo de mapear as formas, os limites e a efetividade da participação popular na elaboração de políticas públicas, em especial no que diz respeito a questão do financiamento da educação.

Abrindo outro bloco de discussão, dois capítulos tratam da política externa brasileira no governo Dilma. O capítulo de Marcos Cordeiro Pires analisa a política externa brasileira no contexto das eleições presidenciais de 2014. Para o autor, uma eventual vitória das candidaturas dos partidos de oposição, que acabou não se concretizando, poderia significar uma mudança de 180 graus no rumo da diplomacia brasileira, de tal forma que as prioridades do País poderiam se deslocar do fortalecimento das relações Sul-Sul para uma nova forma de dependência no eixo Norte-Sul. Para Pires, como a conjuntura internacional tem se modificado, incluindo o anúncio da normalização das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, o discurso anti-bolivariano e o preconceito ideológico dos partidos opositoristas perderam a eficácia. A conferência China-CELAC, que reuniu ministros de relações exteriores latino-americanos com as autoridades chinesas serviu para reforçar os objetivos estratégicos de parcerias Sul-Sul, e conferir ao Brasil um papel destacado na criação de uma nova ordem multilateral.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, com seu “A política externa do Governo Dilma Rousseff: uma brevíssima avaliação”, busca desen-

volver uma hipótese sobre a diplomacia brasileira nos últimos governos, qual seja: nosso papel de país subimperialista não permitiria voos maiores no que tange ao protagonismo global. Recuperando a categoria gramsciana de hegemonia, junto aos esforços explicativos de Marini, Passos faz breve histórica da presença brasileira em episódios diplomáticos recentes para apontar que o primeiro Governo Dilma teve elementos de continuidade do Governo Lula, mas uma motivação bem menor no que se refere à política externa. Isso reforçaria uma hipótese a ser confirmada em posteriores pesquisas, a de que o país ainda carece de maior reconhecimento internacional em função das limitações em sua capacidade (econômica e geopolítica) de exercer maior hegemonia.

Os três capítulos seguintes tratam de diferentes aspectos da conjuntura econômica no Brasil. O capítulo “A conjuntura e a política econômica no governo Dilma (2011-2014)” de Francisco Luiz Corsi discute as razões do baixo crescimento da economia brasileira ao longo do governo Dilma. Considera que este ponto é um dos temas centrais do debate, pois o nível do emprego e dos salários, aspectos sobremaneira importantes para a sustentação política e social do governo, dependem diretamente do desempenho da economia. Para discutir essa questão faz-se uma análise crítica da política econômica adotada a partir da irrupção da crise mundial em 2008, com especial atenção para as medidas implementadas por Dilma, procurando mostrar que a política econômica é contraditória ao preservar o núcleo macroeconômico das propostas neoliberais e, ao mesmo tempo, imprimir uma política voltada para o crescimento do mercado interno e para enfrentar os históricos problemas da miséria e da desigualdade social. Dilma venceu as eleições com um discurso à esquerda prometendo a manutenção do emprego e dos salários da classe trabalhadora. Entretanto, monta um ministério de perfil conservador, que defende políticas ortodoxas, que irão solapar sua base de sustentação mais importante, o emprego e os salários. Mantém-se a contradição que está na raiz do baixo crescimento.

O capítulo escrito por José Marangoni Camargo discute a evolução da economia brasileira no período de 2003 e 2014 e a distribuição da renda nos governos Lula e Dilma Rousseff. Apesar dos pilares da política de corte neoliberal terem sido mantidas em linhas gerais nos governos petistas, o crescimento econômico superior às duas décadas anteriores e

a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família possibilitaram um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60. Já o cenário mais recente, o desempenho medíocre da economia, com a redução acentuada das taxas de crescimento econômico a partir de 2011 e o estabelecimento de políticas recessivas neste ano, aponta para um esgotamento das políticas de melhoria da distribuição de renda e um aumento das taxas de desemprego.

Aginaldo dos Santos, no capítulo “Propostas de ciência e tecnologia apresentadas no debate eleitoral de 2014”, procura identificar nas propostas dos candidatos à presidência da República quais projetos para esta área estavam em disputa. O autor encontra algumas similaridades entre as propostas apresentadas, em que pese as diferentes colorações ideológicas de cada candidatura. Isso aconteceria porque, mesmo com projetos distintos, as principais candidaturas não enfrentavam a questão de fundo para uma política de C&T vinculada às estratégias de desenvolvimento: o lugar periférico do nosso parque industrial junto às cadeias produtivas mundiais. Quase todas as propostas, por não levarem isso em conta, ficavam presas a meras questões pontuais e cosméticas, mesmo com um aumento nada desprezível de investimento público nos últimos anos. Uma política de C&T só teria efetividade, para o autor, se combinada com uma mudança substancial na política industrial e na compreensão do sentido do termo “desenvolvimento”.

Seguem dois capítulos que abordam questões importantes do debate político e econômico da Argentina, que também são de grande atualidade para o Brasil. No capítulo “Consideraciones acerca de la Reforma Electoral en la Argentina”, de Jorge Szeinfeld aborda a reforma eleitoral na Argentina, um dos temas mais importante da agenda política no país platino, cuja discussão remonta ao processo de redemocratização nos anos 1980. As questões centrais da reforma são a institucionalização de normas que permitam um maior controle dos governantes, a regulação da competição política e a maior participação popular nos processos políticos. A demanda pela reforma política surgiu de amplos setores sociais, de dirigentes políticos e da grande imprensa. O autor faz pormenorizada

análise das medidas que compõem a reforma. Especial atenção é dispensada as alterações adotadas a partir de 2009, que permitiram uma maior participação por parte dos cidadãos na eleição dos candidatos e mudanças no financiamento das campanhas eleitorais no sentido de torná-lo mais transparente. Também implementou-se uma reforma no Código Eleitoral. Essas mudanças acarretaram transformações na forma de organização e ação dos partidos políticos, com forte fragmentação, o surgimento de novos partidos e a necessidade de alianças para enfrentar os desafios eleitorais. As medidas implementadas, contudo, teriam problemas para garantir uma equitativa regulação da competição eleitoral, para aprofundar a democracia no interior dos partidos, para ampliar a representatividade dos partidos e para a equidade dos processos eleitorais.

O capítulo escrito por Gabriel Balbo, intitulado “La restricción energética argentina: un ancla para su crecimiento sostenido?”, discute a situação atual do setor energético argentino, dando especial atenção para a oferta primária de energia, a oferta secundária e ao consumo final. Discute também a grande dependência em relação aos combustíveis fósseis. A partir do diagnóstico dos principais problemas, o autor aborda os diferentes condicionamentos que o Estado enfrenta no setor para resolver os problemas da matriz energética. Por fim, Balbo discute as ferramentas e as ações que estão sendo levadas a cabo pelo Estado visando a superação dos problemas de energia. Neste ponto, aborda as questões tecnológicas que poderão propiciar um salto qualitativo na resolução dos problemas enfrentados.

Por último, Angel Tello no capítulo “Un mundo en crisis”, aborda as vicissitudes que assolam o capitalismo global desde 2008 a partir de uma abordagem ampla e não apenas no que tange aos seus aspectos econômicos. Embora esses aspectos sejam importantes, pois as políticas neoliberais foram um fracasso, a crise é também uma crise social e, sobretudo política. Tello analisa a situação atual tendo como ponto de partida acontecimentos que marcaram de forma determinante o mundo de hoje, quais sejam: o desmoronamento da União Soviética, a queda do Muro de Berlim, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, a crise financeira aberta em 2008 e a ascensão da China. A globalização acarretou crises e a concentração absurda da riqueza e ameaça os valores, as crenças e as identidades, abrindo espaço para uma série de reações, que tomam a forma

de nacionalismos, de fundamentalismos religiosos e de particularismos. As potências ocidentais, lideradas pelos EUA, buscam nesse contexto, impor um controle imperial do mundo, o que abre um cenário de conflito com choques agudos de interesses e valores contraditórios.

Os capítulos apresentados na presente coletânea buscam ser uma contribuição para estimular a reflexão sobre os impasses vividos pelo Brasil na atual conjuntura de crise do capitalismo global, que consiste em uma crise estrutural e não apenas em mais um descenso cíclico da economia. O momento atual parece ser decisivo para o Brasil no sentido de construir uma sociedade mais democrática, igualitária e autônoma.

Os organizadores